



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013918-83.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Dirlene Isabel Bueno Barbano Aragão**
 Requerido: **Imobiliária Maria Aires**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora pleiteia o ressarcimento de danos morais que a ré lhe teria causado.

De acordo com a petição inicial, a autora recebeu visitas de pessoas ligadas à ré porque suspeitavam que um vazamento em imóvel próximo tivesse origem no seu.

Ademais, foi encaminhada pela ré notificação extrajudicial para que a autora sanasse tais problemas porque do contrário seriam tomadas as medidas judiciais cabíveis (fl. 10)

É certo que a autora então encaminhou contra-notificação à ré sobre o assunto (fls. 11/13).

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida não pode prosperar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com efeito, a ré ao enviar a notificação cristalizada a fl. 10 não agiu em nome próprio ou na defesa de interesse seu, mas na condição de procuradora do proprietário do imóvel e de seu inquilino.

Não poderá ficar pessoalmente sujeita às consequências de tal conduta, portanto.

Como se não bastasse, e esse aspecto é relevante para o deslinde da demanda, entendo que a simples remessa de notificação extrajudicial não tem o condão, por si só, de render ensejo a dano moral indenizável.

O ato não teve publicidade alguma e não propiciou qualquer constrangimento à autora.

Ao contrário, limitou-se a cientificá-la formalmente do vazamento no imóvel próximo e que isso poderia ter origem na tubulação de esgoto de seu imóvel, ficando notificada a apurar o ocorrido e tomar as providências que se fizessem necessárias.

Com a contra-notificação da autora, o assunto foi dado por encerrado.

Nem se diga que a alusão a medidas judiciais seria bastante para a modificação do quadro delineado.

Essa prática era compatível com a notificação levada a cabo e tanto não teve conteúdo ameaçador que com a resposta da autora nada foi feito a esse título.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação exordial.

Não vislumbro na espécie nenhum tipo de ato ilícito da ré que sequer em tese pudesse provocar danos morais à autora, de sorte que ela não faz jus à reparação correspondente.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**